ATUAÇÃO DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO DURANTE PÓS PANDEMIA DA COVID 19 – CONTRADIÇÕES ENTRE O DIREITO À VIDA E À EDUCAÇÃO

Estefani de Oliveira, 21000146@uepg.br; Simone de Fátima Flach, sfflach@uepg.br.

Universidade Estadual de Ponta Grossa / Departamento de Educação.

Área do Conhecimento: Educação. Subárea: Planejamento e Avaliação Educacional - Política Educacional.

Palavras-Chave: *Educação, Política Educacional, Conselhos de Educação, Direito à Educação.*

Resumo

O trabalho investigou, com base no materialismo histórico e dialético, a atuação dos Conselhos Estaduais de Educação da Região Sul do Brasil durante a pandemia e o impacto de seus atos normativos nas desigualdades educacionais e no direito à educação. A pesquisa utilizou revisão bibliográfica e análise documental dos acervos normativos dos conselhos entre 2020 e 2022. Concluiu-se que, apesar dos esforços para garantir o acesso à educação, as decisões muitas vezes refletiram um formalismo burocrático, ignorando as reais necessidades da comunidade escolar. A pandemia destacou a ambiguidade desses órgãos, que tanto podem reduzir quanto perpetuar as desigualdades educacionais.

Introdução

A pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, trouxe implicações profundas e sem precedentes para todos os setores da sociedade, dos quais a educação se apresentou como um dos mais fragilizados. Nesse contexto os Conselhos de Educação surgem como órgãos colegiados de deliberação coletiva, com objetivo de "mediar e articular os interesses do Estado e da sociedade civil, além de salvaguardar os direitos legais que determinam o acesso e a permanência dos sujeitos a uma educação de qualidade." Gomes e Cardozo (2022, p. 900). No entanto, partindo do ponto de que as decisões emitidas por órgãos responsáveis pelas políticas públicas, não são neutras, pois tendem a favorecer uma classe dominante e refletir suas visões e interesses, é importante reconhecer que os Conselhos de Educação podem estar sujeitos a influências políticas e sociais que moldam suas diretrizes e ações, podendo refletir as desigualdades estruturais da sociedade, em vez de mitigá-las. Sendo assim, o presente trabalho buscou, à luz do materialismo histórico e dialético, investigar a atuação dos Conselhos Estaduais de Educação da Região Sul do Brasil durante o período pandêmico e a influência de seus atos normativos na redução ou aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais, bem como na garantia do direito à educação

Materiais e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica nas plataformas Portal de Periódicos CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações sobre a produção disponível relacionada ao tema, além de uma análise documental do acervo normativo emitido pelos Conselhos Estaduais de Educação da Região Sul do Brasil em seus portais eletrônicos oficiais, no período de 2020 a 2022.

Resultados e Discussão

Como resultado da revisão de literatura foram encontrados para análise apenas dois trabalhos, demonstrando uma lacuna na produção acadêmica, fato que evidencia a necessidade de ampliar as pesquisas e estudos nessa área específica das políticas educacionais. Já com relação à análise documental foram analisados cerca de 40 documentos expedidos pelos três Conselhos Estaduais da região durante o período pandêmico, dentre pareceres, deliberações e resoluções. Por meio da análise foi possível concluir, que dentro de suas limitações como órgãos de natureza deliberativa, os Conselhos de Educação buscaram soluções para mitigar os impactos negativos da pandemia, buscando garantir o acesso à educação. No entanto, suas decisões frequentemente refletiam um formalismo burocrático que desconsiderava as reais necessidades da comunidade escolar, resultando em ações pouco eficazes na prática. Além disso, a crise sanitária evidenciou a ambiguidade desses órgãos, que tanto podem mitigar quanto perpetuar as desigualdades educacionais, quando ignoram as comunidades mais vulneráveis em suas decisões.

Conclusão ou Conclusões

A pesquisa aponta não ser possível afirmar que o direito à educação de qualidade foi assegurado a todos os estudantes durante o período pandêmico, uma vez que muitos sequer foram lembrados. As decisões dos Conselhos de Educação, que autorizaram, entre outras medidas, o ensino remoto, tentaram mitigar os impactos negativos, mas mostraram-se pouco comprometidas com a realidade dos seus sistemas de ensino. Especialmente para os estudantes de comunidades mais vulneráveis, para os quais essas decisões se revelaram ainda mais excludentes.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento concedido, que foi fundamental para a realização desta pesquisa. Expresso minha profunda gratidão à Prof.ª Dra. Simone de Fátima Flach, por sua orientação criteriosa, que guiou cada etapa deste trabalho. Agradeço também ao Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais (GPCATE), cujas discussões foram essenciais para o embasamento teórico desta pesquisa.

GOMES, B. C. F.; CARDOZO, M. J. P. B. Conselhos de educação no Brasil: enfoques legais, finalidades e atribuições. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 892–911, 2022.